

## **O OLHAR DO PROFESSOR SOBRE O ALUNO SURDO: Um estudo numa escola municipal de Parnaíba-PI.**

Maria Aurioneida Carvalho Fernandes<sup>1</sup> Elisangela Maria de Oliveira<sup>2</sup>

(Centro Universitário Maurício De Nassau (UNINASSAU) <sup>1</sup>aurioneida@yahoo.com.br ; Universidade Federal do Piauí UFPI-CMRV<sup>2</sup> elisangela@redesky.net.com.br)

**RESUMO:** O presente artigo é resultante de uma pesquisa realizada em uma escola municipal de Ensino Fundamental, na cidade de Parnaíba-PI. Teve como objetivo geral investigar o que pensa o professor sobre o processo de inclusão do aluno surdo. E como objetivos específicos: verificar as concepções de inclusão e surdez dos professores, identificar as dificuldades que o professor encontra para trabalhar com o aluno surdo e analisar as propostas de minimização das dificuldades encontradas pelo professor no trabalho com a pessoa surda. O estudo ocorreu por meio de uma pesquisa de campo e abordagem qualitativa, com a participação de duas professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal que trabalhavam com alunos surdos. Para a coleta de dados, utilizamos o questionário aberto e a observação não participante. Dentre os teóricos que subsidiaram esta pesquisa citamos Quadros (2004), Sasaki (2006), Damázio (2007), Andrade (2007), Mantoan (2006), Skliar (2009), dentre outros. A análise de dados foi agrupada em quatro categorias, as quais salientam de forma clara os objetivos traçados no que tange a visão do professor sobre o seu aluno surdo. Constatamos que esse olhar difere da proposta da inclusão, como também demonstra a necessidade deste aprender a libras, pois a maior dificuldade entre professor ouvinte e aluno surdo está na comunicação.

**PALAVRAS- CHAVE:** Aluno Surdo. Inclusão. Professor. Libras.

### **INTRODUÇÃO**

Na história da educação de alunos com surdez surgiram diferentes concepções, sempre na busca de tornar melhor suas metodologias e, alcançar maior sucesso, porém, na perspectiva dos valores sociais da época. No oralismo, o surdo foi impedido gesticular, foi tratado como deficiente, incapaz e banido da sua cultura. A corrente da Comunicação Total se contrapôs a esse modelo, no entanto, não deu o status de língua à forma de comunicação e expressão do surdo contribuindo para que a exclusão se perpetuasse o que não acontece com o Bilinguismo, cuja proposta é que o surdo tenha contato primeiro com a sua língua materna; no Brasil a Libras, e tenha acesso também ao português.

Corroborando sobre a corrente do bilinguismo, Skliar (2009, p.7), diz que “a proposta bilíngue para surdos pode ser definida como uma oposição aos discursos e às práticas clínicas hegemônicas – características da educação e da escolarização dos surdos nas últimas décadas – e como um reconhecimento político da surdez como diferença”. Embora a mencionada proposta seja

a recomendada pelo Ministério da Educação e garantida por lei, as escolas apresentam dificuldades em trabalhar com o aluno surdo.

Entretanto, dentre os direitos garantidos, na escola o aluno surdo tem direito a se comunicar na sua língua materna, pois a orientação metodológica está centrada no bilinguismo. Direito ao intérprete de libras educacional, que é o profissional que, segundo Quadros (2004, p.59), é “aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais”. Como também ao atendimento educacional especializado para ter conhecimento da libras, em libras e ao português escrito.

Porém, no período dos estágios supervisionados observamos as dificuldades que os professores têm para trabalhar com alunos surdos, o que gerou uma inquietação sobre essa prática, resultando na proposta do presente estudo para o qual elaboramos o seguinte objetivo geral: investigar o que pensa o professor sobre o processo de inclusão do aluno surdo. E, especificamente: verificar as concepções de inclusão e surdez dos professores, identificar as dificuldades que o professor encontra para trabalhar com o aluno surdo e analisar as propostas de minimização das dificuldades encontradas pelo professor no trabalho com o aluno surdo.

## **A SURDEZ E O ENSINO DA LIBRAS**

A história das pessoas surdas é arraigada de preconceitos e muitos mitos que se formaram devido aos problemas envolvidos pela falta da linguagem oral, por isso a sua exclusão era absoluta. Foram considerados incapazes de aprender, chamados de loucos e de deficientes intelectuais, surdos-mudos, dentre outros conceitos pejorativos que se perpetuaram aos dias atuais. A exclusão do surdo se dava e ainda ocorre mais pela falta de falar com a voz do que pela surdez em si.

No entanto, essa forma de comunicação, é que se constitui a cultura do surdo centrada, principalmente, na forma de se comunicar por meio da língua de sinais. Segundo Quadros (2004, p.30), as “línguas de sinais são consideradas pela linguística como línguas naturais ou como sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem”.

Os surdos são pessoas que utilizam a comunicação visoespacial como principal meio de conhecer o mundo em substituição à audição e a fala. No Brasil, essa comunicação e expressão é conhecida como Língua Brasileira de Sinais, reconhecida como a língua natural dos surdos. Segundo o art. 1º da Lei nº 10.436/02, a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira.

De acordo com o Decreto nº 5.626/05, a surdez é o nome dado à impossibilidade e/ou dificuldade de perceber normalmente os sons, podendo ser resultante de vários fatores que podem ocorrer antes, durante ou após o nascimento. Destarte, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. E no Parágrafo único do mesmo decreto, considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

## **METODOLOGIA**

O trabalho ora apresentado se pautou na abordagem qualitativa, pois buscou em seus instrumentos a compreensão de duas professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal de Parnaíba têm de seus alunos surdos. Para Minayo (2007, p.26), a pesquisa qualitativa é apresentada como uma atividade fundamentada numa “linguagem baseada em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular”.

A pesquisa foi realizada na cidade de Parnaíba, cidade litorânea do Estado do Piauí, a qual possui aproximadamente 150 mil habitantes e que possui um quadro educacional crescente, contemplando a educação básica e superior nas esferas municipal, estadual e privada. O contexto empírico do presente estudo aconteceu em uma das noventa e quatro escolas da rede municipal.

Para isso, realizamos uma pesquisa de campo por ser uma fase prática em que o pesquisador obtém os dados diretamente do objeto pesquisado, adquirindo assim conhecimentos espontâneos sobre o estudo. Esta, segundo Andrade (2007, p.117), é “utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar ou, ainda, descobre novos fenômenos ou as reações entre eles”. Dessa forma fica claro que a pesquisa de campo é um procedimento que visa resultados ou descobertas de um determinado trabalho, comungando com o que nos propomos a realizar.

Dessa forma, escolhemos o questionário aberto como uma das técnicas utilizadas para traçar o perfil dos sujeitos investigados, sistematicamente articulado às questões aliadas aos objetivos previstos. Deixamos por uma semana os sujeitos à vontade para responderem os questionários sem a presença da pesquisadora e tivemos a devolução de todos. De acordo com Severino (2007), o

questionário é um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que são destinadas a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em questão.

Para confirmar a concretude da coleta de dados, também realizamos a observação não participante da dinâmica das aulas das professoras, o que veio somar ao questionário, informações não previstas, pois Lakatos & Marconi (2003, p.191), ressaltam que a observação desempenha um papel preponderante “no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade”.

Deste modo, a análise de dados foi realizada e agrupada em quatro categorias, as quais salientam o olhar do professor sobre o seu aluno surdo a partir do conhecimento de inclusão escolar, surdez, libras, dificuldades e propostas de superação para trabalhar com o aluno surdo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise de dados foi realizada e, posteriormente agrupadas em quatro categorias, as quais ressaltam o olhar do professor sobre o seu aluno surdo em decorrência das indagações realizadas. Fizemos a opção de transcrever suas respostas para dar maior fidedignidade às respostas das professoras entrevistadas, aqui denominadas de “P 1” e “P 2”.

### **CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO ESCOLAR**

As discussões acerca da inclusão têm tomado uma dimensão significativa na sociedade, sobretudo no meio educacional. Segundo Sasaki (2006), esta se caracteriza como um processo dinâmico e irreversível. Na escola, as opiniões se divergem no que tange à participação dos alunos no mesmo espaço. Considerando essa premissa, perguntamos às professoras do citado campo empírico, sobre o seu conhecimento de inclusão escolar, por acreditar que a concepção desse processo implica diretamente na sua práxis. As respostas foram as seguintes:

Professora P1- “Proposta do governo para as escolas- que precisa ser revista porque não prepararam o professor para lidar com o alunos especiais”.

Professora P2- P 2- “É quando na escola tem alunos com deficiência e sem deficiência estudando juntos”.

Ambas respostas foram simplistas e comumente presentes no discurso de professores que não abraçam a causa da inclusão escolar. A visão da primeira professora está ligada a uma proposta governamental, distante da realidade educacional que foi obrigada a aceitar como regra que deve ser, inclusive, revista. Alega a falta de preparação para lidar com os alunos que apresentam necessidades educacionais específicas. A segunda professora considera que a inclusão é ter alunos com e sem deficiência estudando juntos.

Há de se considerar que a preparação do profissional para a inclusão não é apenas responsabilidade governamental. O professor também deve construir competência e habilidades para superar os obstáculos de seu ofício. Uma escola não se caracteriza apenas por ter alunos com deficiência estudando com os demais. Uma escola inclusiva, em consonância com a Declaração de Salamanca (1994), acolhe a todos os alunos, com e sem deficiências, pertencentes às minorias ou condições de desprivilegiadas. Portanto, é um espaço educacional acolhedor que responde às necessidades específica de todos os alunos.

Entretanto, Bagarollo e França (2013, p.12), fazem uma crítica ao sistema escolar ao ressaltarem que “apesar do avanço das leis e decretos que dizem respeito à surdez, na prática, o que se percebe é que a escola regular continua sem saber trabalhar com as especificidades dos alunos surdos”. Pela observação realizada, a escola em que se deu a pesquisa, é um desenho que corrobora com esse modelo imprimido pelas autoras acima mencionadas.

## **CONHECIMENTO DA SURDEZ E DA LIBRAS**

Os surdos são pessoas que utilizam a comunicação visoespacial como principal meio de conhecer o mundo em substituição à audição e a fala. No Brasil, essa comunicação e expressão é reconhecida como Língua Brasileira de Sinais, a Libras, reconhecida como a língua natural dos surdos, segundo o art. 1º da Lei nº 10.436/02, a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira, como também outros recursos de expressão a ela associados.

Perguntamos as professoras sobre seu conhecimento de surdez e libras. Suas respostas foram as seguintes:

Professora P1- “É a pessoa que não escuta”.  
“Um pouquinho”.

Professora P2- P 2- “É a quando a pessoa não escuta”.  
“Quase nada”.

Na fala das duas professoras percebemos a generalização das respostas como também a presença de respostas espontâneas, de senso comum e de concepção organicista. As pessoas com surdez enfrentam obstáculos para participar do processo escolar, decorrentes da falta da audição. É sabido que a exclusão do surdo na escola se dá porque as metodologias desenvolvidas são feitas só para ouvintes, logo o professor pouco se interessa em aprender como trabalhar com alunos surdos.

Segundo Thoma (2005), sobre essa dificuldade que o aluno surdo passa na escola, o professor deveria refletir que “passamos muitos tempo não admitindo que essas dificuldades poderiam estar relacionadas à nossa incompetência em ensiná-los”.

Durante as observações em sala de aula não percebemos nenhuma atividade em libras para os alunos surdos ou mesmo que envolvesse toda a turma, nenhum cartaz ou alfabeto datilológico fixado nas paredes e nenhuma conversação entre professor e aluno surdo. Ficou evidente que o questionário respondido pelas professoras investigadas refletiu o que observamos em sala de aula: elas têm conhecimento superficial da surdez e nenhum de libras.

De fato, é mais fácil o professor dizer que o aluno não aprende do que admitir a sua incompetência diante de uma diferença que se pauta na língua de sinais. O Professor precisa da libras, porque ele precisa ensinar o aluno que é surdo, como aluno matriculado que é, e que deve acessar aos demais níveis de escolaridade.

## **AS DIFICULDADES VIVENCIADAS COM O ALUNO SURDO**

A literatura voltada para a educação de surdos vem apontando que a maior barreira existente entre o professor ouvinte e o aluno surdo está na comunicação. Em geral, o professor recebe o aluno surdo, mas não sabe como lidar com esse aluno. Não foi capacitado para recebê-lo e também não busca esse conhecimento, criando, assim, um abismo entre ambos.

Nessa perspectiva, perguntamos às professoras investigadas, quais as suas maiores dificuldades para trabalhar com o aluno surdo. Eis as respostas:

Professora P1- “A comunicação”.

Professora P2- P 2- “Não sei falar com ele em libras”.



A nossa observação nos fez perceber que as professoras não demonstraram uma atitude pedagógica inclusivista, uma vez que suas metodologias eram voltadas para o modelo oralista. O espaço da sala de aula não apresentava nenhum indicativo para aluno surdo na sala de aula. As atividades são comuns a todos os alunos com ênfase na oralidade e ao surdo, cabia a leitura labial. Portanto, essa é uma prática pedagógica enquadrada no modelo clínico. Os alunos estão apenas integrados. Para Sasaki (2006), tanto a integração quanto a inclusão ainda são praticadas no regime escolar. No entanto, a primeira, com o passar do tempo, será substituída.

Nessa perspectiva de Salamanca (1994, p.11-12) enfatiza que:

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isto seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder as necessidades diversificadas de seus alunos acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades.

Portanto, a escola inclusiva é aquela que pressupõe a participação de todos os alunos aprendendo juntos. Para isso, deve construir modelos acolhedores das necessidades educativas especiais de seus alunos, prevendo, inclusive, a capacitação de seus professores, gestores e demais funcionários, bem como a participação da família, dentre outros aspectos, no sentido de oferecer educação de qualidade para todos os alunos.

Mantoan (2006), diz que os professores da escola comum sentem-se incompetentes para lidar com as diferenças na sala de aula, principalmente quando se trata das deficiências. Os professores reconhecem as dificuldades dos alunos surdos no contexto da sala de aula, dos obstáculos que interferem na sua aprendizagem e que evidenciam o fracasso desse público. Por outro lado, as suas limitações também são grandes e acabam pesando nesse processo cruel e excludente.

## **PROPOSTA DE MINIMIZAÇÃO DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS COM O ALUNO SURDO EM SALA DE AULA**

As queixas das professoras em não conseguir que seus alunos surdos aprendam como os



demais e de não conseguir se comunicar com estes, demonstraram uma postura pedagógica contrária à inclusão, uma vez que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) preconizou tanto a matrícula do aluno surdo nas salas comuns do ensino regular, como a oferta da educação bilíngue. Atualmente, é a proposta mais recomendada por se aproximar mais em responder as necessidades específicas dos alunos surdos, além de respeitar a sua identidade e cultura.

Na proposta inclusivista a escola busca responder as necessidades específicas que seu aluno tem para que ele obtenha sucesso escolar. Segundo Sasaki (2006), a inclusão é uma proposta que beneficia a todos e implica em melhorias quanto ao relacionamento entre os alunos e professores e, conseqüentemente, na qualidade de ensino e no desempenho escolar dos alunos, além de permear a aceitação das diferenças entre os membros da comunidade escolar.

Na existência das dificuldades, perguntamos às professoras, quais seriam as suas propostas para minimização ou superação das dificuldades encontradas para o ensino de alunos surdos.

Professora P1- “Falo para os colegas e eles falam para ele. Eu escrevo também”.

Professora P2- P 2- “Eu peço aos colegas para fazerem a comunicação.”.

Ficou evidente nas respostas das entrevistadas, a inexistência de uma proposta que seja possível minimizar as barreiras existentes entre professor e aluno. Observamos que as professoras estão ainda voltadas para a filosofia do oralismo, apelam para a leitura labial e ao modelo clínico, porque não consideram que a libras é a língua natural do surdo e que para ele manter uma comunicação com esse aluno, precisa conhecer a sua língua.

Constatamos que as professoras têm *feedback* do que ensinam para os alunos surdos por meio de seus colegas de sala, que em geral, fazem essa interpretação. Nem tampouco, percebemos as professoras trabalharem em libras durante a aula. Alegam que não estão preparadas para trabalhar com esse tipo de aluno. E de forma contundente, a complexidade da sua prática pedagógica é de falta de conhecimento e insegurança.

Para Damázio (2007, p. 21):

As práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização das pessoas com surdez. Torna-se urgente, repensar essas práticas para que os alunos com surdez, não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita são advindas dos limites que a surdez lhes impõe, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los.



Portanto, a escola inclusiva é aquela que pressupõe a participação de todos os alunos aprendendo juntos. Para isso, deve construir a sua proposta pedagógica, contemplando o atendimento das necessidades educativas específicas de seus alunos, prevendo a capacitação da comunidade escolar, bem como a participação da família, dentre outros aspectos, para de oferecer educação de qualidade os alunos surdos. Dentre os aspectos recomendados tanto pela legislação como pelos autores da área, salientamos a formação contínua. Não como único veículo de inclusão, mas como forma de implicante de conhecer o contexto do sujeito surdo e de buscar alternativas para a sua aprendizagem.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir com outros estudos de pessoas interessadas em surdez e Libras, como também minimizar as limitações encontradas a respeito do assunto, oferecendo informações baseadas na investigação acerca de como os alunos surdos são percebidos pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola de Parnaíba.

A pesquisa nos mostrou que o olhar do professor sobre o aluno surdo difere da proposta da inclusão escolar, porque a escola inclusiva deve responder as necessidades educativas específicas de cada aluno e o professor precisa acreditar nessa proposta para que seu aluno se desenvolva integralmente.

O professor, como profissional e pesquisador que é, deve buscar conhecer seu aluno, suas limitações e potencialidades, interagir com sua família para, assim, responder as necessidades educativas específicas que ele tem. Para isso, precisa sair do paradigma clínico, aquele que o percebe como incapaz e coitadinho. Mas ter uma visão baseada no paradigma o inclusivista, aquela que não nega suas limitações, mas que aposta nas suas potencialidades e contribui para seu desenvolvimento.

Ficou evidente que a barreira maior entre o professor ouvinte e o aluno surdo, está na comunicação. Se o professor não sabe a Libras, também não poderá ensiná-lo assim como faz para os demais alunos. Não há reciprocidade de informações, não há conhecimento, porém, a resposta é óbvia: existe a necessidade da capacitação. Qualquer profissional diante de um problema, busca-se capacitar para responder com propriedade o desafio instalado.

Quanta a crença na capacidade do aluno, é um processo que só cabe ao professor, é intrínseco. É evidente que a inclusão escolar só acontecerá em sua sala de aula, se este permitir acontecer, a partir da mudança de seus conceitos. Se faz necessário, então, ampliar seus conhecimentos acerca do contexto da surdez, da libras, da cultura surda, para que haja mudança na sua práxis.

Acreditamos que os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados e sugerimos para estudos futuros que pesquisadores, professores, alunos de pedagogia e outros, procurem aprofundá-lo tanto nas escolas públicas como nas escolas privadas da cidade de Parnaíba e que o Sistema educacional invista na capacitação de Libras para os professores em geral, a fim de que estejam aptos a trabalhar com a inclusão.

Para o aluno surdo, o bilinguismo pode representar uma grande possibilidade de inclusão na própria escola e na sociedade, tendo em vista a valorização da sua língua e da sua cultura. Evidentemente, também facilitará a aprendizagem da libras como L1 para o surdo e L2 para o professor, minimizando as dificuldades de ambos e ampliando os canais de comunicação e da aprendizagem almejada.

Com esta pesquisa, acreditamos contribuir significativamente para a prática do professor em sala de aula que possui aluno com surdez, no sentido de ajudar na compreensão da inclusão desse aluno nas escolas comuns, uma vez que essa temática está cada vez mais presente nas escolas, não só de Parnaíba, mas de todo o Brasil.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BAGAROLLO, Maria Fernanda; FRANÇA, Maria Denise V. Romano (orgs.). **Surdez, Escola e Sociedade**: reflexões sobre a Fonoaudiologia e Educação. Rio de Janeiro: WVA, 2015.

BRASIL. **Lei 10.436** de 24 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626** de 22 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e Linha área sobre Necessidades Educativas especiais**: Brasília: CORDE, 1994.

DAMÁZIO, M. F. Macedo. **Atendimento Educacional Especializado**: Pessoa com Surdez. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Andrade. **Fundamento da Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade**. 25. ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 2007 (temas sociais).

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

THOMA, A. Surdos: esse “outro” de que fala a mídia. In: SKLIAR, Carlos. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3.ed. Porto Alegre: Mediação 2005.